



Lula apoia Dinamarca contra anexação da Groenlândia pelos EUA

Campanha de vacinação contra a gripe mira idosos, crianças e gestantes

Página 2

Vamos seguir cobrando nossos direitos, asseguram lideranças indígenas

Página 6

Haddad diz que país tem “colchão de proteção” contra turbulências

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou na sexta-feira (11) que o “Brasil tem um colchão de proteção contra turbulências externas”. Segundo o ministro, o país conta atualmente com reservas cambiais, um bom saldo comercial e uma super safra para enfrentar os possíveis riscos associados às taxações que vêm sendo empregadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

“Está em curso um movimento que nós precisamos ver como é que vai terminar. Mas assim como em outras crises, como em 2008, quando vivemos uma enorme crise financeira, o Brasil agora tem de US\$ 75 bilhões a US\$ 95 bilhões de saldo comercial. O Brasil tem mais de US\$ 300 bilhões de reservas cambiais”

O ministro lembrou que o Brasil tem comércio com o mundo inteiro e só abre mercados desde que o presidente Lula inaugurou seu mandato.

“Estamos em uma situação em que a gente não deve nada para ninguém”, disse.

“Desde que pagou sua dívida externa, acumulou saldo comercial e mantém reservas cambiais, o Brasil tem um colchão de proteção para se defender de turbulências externas. Isso já aconteceu em 2008 e pode acontecer agora”, ressaltou.

Para o ministro, embora ainda seja difícil prever seus efeitos, o tarifação poderá, de alguma forma, contribuir para o aumento das exportações brasileiras e também acelerar o acordo do Mercosul com a União Europeia.

“O Brasil, na minha opinião, tem uma posição privilegiada em virtude do fato de que aumentam as suas exportações para os três grandes blocos econômicos. Nós exportamos mais para os Estados Unidos, para a União Europeia e para a China. Temos um acordo de livre comércio firmado com a União Europeia que, na minha opinião, vai ser acelerado em função do que aconteceu”, disse.

O ministro admitiu que o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) possa sofrer alguma consequência em virtude do atual cenário econômico mundial.

“Nós podemos, eventualmente, a julgar pelos movimentos, sofrer algum impacto”, avaliou.

O ministro estima que a economia brasileira deve fechar este ano com crescimento de 2,5% e que a inflação pode voltar a “se comportar em patamares mais adequados” ao longo do ano.

As declarações foram dadas em entrevista à BandNews TV. (Agência Brasil)

Inflação desacelera e fecha março em 0,56%, pressionada por alimentos



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Página 3

Metade dos brasileiros quer comprar ovos de Páscoa, diz pesquisa

Página 3

Maioria do STF mantém condenações por incêndio na boate Kiss

Página 6

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,87	Compra: 5,92
Venda: 5,87	Venda: 6,10
EURO	
Compra: 6,65	
Venda: 6,65	

Esporte

Jorge Martín retorna ao grid da Moto GP neste final de semana

Por Jácio Baldi

Finalmente acabou a espera de Jorge Martín para seu retorno às pistas. O último campeão mundial retornará ao neste final de semana no Catar. Desde que ganhou o título com a Ducati em 2024, há cinco meses, Jorge Martín deu apenas 13 voltas com sua Aprilia, devido às duas injúrias consecutivas durante a pré-temporada. Não se sabe exatamente como suas lesões nas mãos e nos pés suportarão o esforço de pilotar a RS-GP. “Eu não sei como está minha real condição”. “Testar a moto num final de semana de corrida é um tanto inseguro”. “Vou encarar sessão por sessão, dia após dia, não sei se conseguirei terminar o fim de semana”, disse Martín na conferência de imprensa da quinta-feira.

Pelos lados da Yamaha, o time da fábrica japonesa está com grandes expectativas para o GP desse final de semana, após o quinto lugar de Jack Miller nos EUA. Apesar da Du-

cati ter vencido no Catar nos últimos três anos, em 2021 a fábrica dos três diapasões venceu as duas etapas que aconteceram no país. “Estou ansioso pela prova no Catar, é uma pista que se adapta à Yamaha, com muitas curvas longas e apenas uma reta longa”. “Termos realizado um fim de semana sólido como o que tivemos em Austin, onde mostramos progresso, definitivamente dá um grande impulso moral a toda a equipe”, disse Miller. Fabio Quartararo, disse que manterá o mesmo ajuste da moto durante todo o final de semana. “Então, não quero mexer muito na moto neste GP, quero manter a mesma base do FP1 até a corrida”. “Claro que, se precisarmos fazer ajustes normais, faremos, mas não quero mudar muita coisa”, afirmou o francês.

A fábrica austríaca, KTM, ainda não tem a solução para o problema da vibração na parte traseira da sua moto e também o excesso de desgaste de pneus. Segundo Brad Binder, a equipe ainda não tem respostas para isso e não há nenhuma possibilidade de



Foto: MotoGP

Franco Morbidelli

que isso seja solucionado no Catar. “Eles podem amenizar o problema, mas é apenas um paliativo, ao invés de encontrar uma solução definitiva” afirmou o sul-africano. Um assunto que dominará o mercado de pilotos esse ano será o destino de Pedro Acosta. Segundo Carlo Pernet, um veterano “manager” no mundo das motos, Acosta disse que não estaria preocupado com dinheiro, sendo essa uma clara mensagem à Ducati. “Parece que tanto a

Honda quanto a Yamaha já apresentaram ofertas importantes a ele”. “Mas um piloto que tem consciência de que está no mesmo nível de um Marc Márquez ou um Pecco Bagnaia, e que sabe que não é apenas mais um no grid, e sim um fenômeno, quer a melhor moto”, disse Pernet. A equipe VR6 tem uma moto com as especificações oficiais e Valentino Rossi vê em Acosta o anti Marquez.

No primeiro treino livre a Ducati dominou, com os quatro pri-

meiros tempos tendo à frente Marc Marquez seguido de Fabio Di Giannantonio e Pecco Bagnaia. Martín, da Aprilia, ficou com o vigésimo tempo. O CEO da Ducati, Claudio Domenicali, afirmou que a dinâmica entre Marc e Pecco deve ser observada cuidadosamente, pois ambos tem a mesma ambição nessa temporada. “Pessoalmente, estou muito feliz com a forma como a equipe trabalhou em sinergia nas três primeiras etapas”. “Certamente não foi fácil para Pecco, porque Marc, adaptou-se imediatamente à GP25”. “Pecco não conseguiu encontrar imediatamente a confiança que esperava, mas é um grande campeão e vimos que, quando a oportunidade se apresenta, como aconteceu em Austin, ele está pronto para entrar em ação”. “Afinal, ele é o único que conseguiu vencer o espanhol neste campeonato, então isso é bom”, afirmou Domenicali.

A “sprint race” acontece às 14h no sábado e no domingo a prova principal será às 14h com transmissão pela ESPN.

Falsa chuva traz tempero especial para a 3ª etapa do GRAKAR 2025

Com um “São Pedro” indeciso em determinar a meteorologia nos céus da cidade de Cotia, GRAKAR (Aleport - Portões Automáticos, Raimbow Laundry - Lavanderia de Macacões, Jornal O DIA SP, Mestre KUKA Burger, KDA Store, SOU VAREJO Tecnologia,), acabou sendo premiada com uma pitadinha de tempero

a mais para a sua 3ª etapa da temporada 2025.

A chamada “falsa chuva” fez com que o asfalto do Kartódromo Internacional Granja Viana ficasse excessivamente escorregadio, aumentando muito a dificuldade dos pilotos em manter os seus karts no traçado desafiador do KGV.

Mesmo com um cenário apocalíptico e com dificuldade no

extremo, Rodrigo Oliveira soube escalar bem o pelotão na Bateria Contra o Relógio e fatuando a Bateria A, sendo o destaque da noite.

Muitos outros pilotos também surpreenderam no traçado melado, como Miguel Sacramento, vencendo na Bateria B e Paolo Piccolo na Bateria C.

“Nestas circunstâncias, as re-

senhas ficam até mais intensas, os erros naturalmente aumentam e as manobras dos pilotos passam a ter um toque ainda mais especial”, declarou Wanderley Borges, orga-

nizador do GRAKAR.

O GRAKAR voltará a se encontrar dia 17/05/2025 no Kartódromo Internacional Granja Viana.

Campanha de vacinação contra a gripe mira idosos, crianças e gestantes

Marginal Tietê permanece interdita devido a buraco na pista central

A pista central da Marginal Tietê, no sentido Castelo Branco, na altura da saída da Rodovia dos Bandeirantes continua totalmente interdita, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). O bloqueio é devido a um enorme buraco na pista no trecho sob responsabilidade da concessionária AutoBAN. O solapamento está cerca de 400 metros antes da Ponte Atilio Fontana, no acesso da pista local para a central. “Os motoristas devem seguir pelas pistas local e expressa. Os agentes da CET estão

auxiliando na fluidez do trânsito na área”, diz a CET. Já a Sabesp explicou que está analisando as possíveis causas do buraco e que trabalha para reparar a tampa do poço de visita, que está a 8 metros de profundidade. Esse é um ponto de acesso utilizado para inspeções e limpeza da tubulação. “A empresa esclarece que a tubulação da rede de esgoto não foi afetada. Neste momento, a prioridade da empresa é reparar o local”, afirma a companhia por meio de nota. (Agência Brasil)

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP) informa que a vacinação contra a gripe já está disponível nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para os grupos prioritários. Iniciada em 28 de março, a campanha tem como foco idosos a partir de 60 anos, crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes, puérperas e pessoas com doenças crônicas.

Até a última semana, foram enviadas 4,3 milhões de doses aos 645 municípios paulistas. A vacinação é considerada a forma de prevenção mais eficaz contra o vírus da influenza, responsável pelas infecções respiratórias, evitando complicações e o agravamento da doença.

“É importante que a população, principalmente o grupo pri-

oritário, se vacine contra a gripe, sobretudo nesta época do ano em que os fatores contribuem para a transmissão dos vírus. Vale lembrar que a vacinação é a melhor forma de evitar quadros graves da doença”, afirma Regiane de Paula, coordenadora de Saúde da Coordenadoria de Controle de Doenças da SES.

Neste ano, até a última quinta-feira (3/4), foram registrados 524 casos de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por influenza e 38 óbitos, no estado de São Paulo. Em todo o ano passado, foram 6.699 casos e 781 óbitos.

Tem alguma dúvida sobre a vacinação?

O Governo de São Paulo, por meio da SES-SP, criou o portal “Vacina 100 Dúvidas” com as

perguntas mais frequentes sobre vacinação nos buscadores da internet. A plataforma esclarece questões como efeitos colaterais, eficácia das vacinas, doenças imunopreveníveis e quais os perigos ao não se imunizar. O acesso está disponível no link: www.vacina100dvidas.sp.gov.br

Confira a lista completa dos grupos prioritários de vacinação:

- * Crianças de 6 meses a menores de 6 anos de idade
- * Profissionais de saúde
- * Gestantes
- * Puérperas
- * Professores do ensino básico e superior
- * Povos indígenas
- * Quilombolas
- * Trabalhadores da saúde
- * Idosos com 60 anos ou

mais de idade

- * Pessoas em situação de rua
- * Profissionais das forças de segurança e salvamento
- * Profissionais das Forças Armadas;
- * Pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais
- * Pessoas com deficiência permanente
- * Caminhoneiros
- * Trabalhadores de transporte coletivo rodoviário para passageiros urbanos e de longo curso
- * Trabalhadores dos correios
- * Trabalhadores portuários
- * População privada de liberdade, funcionários do sistema prisional e jovens que cumprem medidas socioeducativas (Governo de SP)

SP emite 100 mil carteiras de identificação de pessoa no espectro autista em dois anos

O Governo de São Paulo lançou, na quinta-feira (10), a marca de 100 mil emissões da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA). A iniciativa é liderada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDP-CD) e integra as diretrizes do Plano Estadual Integrado (PEI), lançado em abril de 2023, com o propósito de ampliar o suporte e os serviços oferecidos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A emissão gratuita da Carteira de Identificação representa um avanço na garantia de direitos da pessoa no espectro autista, além de fortalecer a inclusão e a acessibilidade. O Abril Azul, campanha de conscientização sobre o autismo, reforça a relevância dessa política pública para assegurar maior visibilidade e mais reconhecimento às demandas dessa população.

“Para quem convive com o autismo, seja pessoalmente ou como familiar, ter um documento que identifica essa condição faz toda a diferença, visto que

o TEA não apresenta características físicas evidentes, dificultando a compreensão da sociedade sobre a necessidade de atenção e prioridade”, destaca Marcos da Costa, secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. “A CipTEA vem justamente para garantir direitos e proporcionar um atendimento mais digno e respeitoso”, completa.

Além da carteira de identificação, levantamento da Agência SP mostra que já foram disponibilizados mais de 65 mil selos de identificação veicular para pessoas no espectro autista em todo o território paulista. O documento, desenvolvido em conjunto pela SEDPCD, SGGD e o Detran SP, visa proporcionar mais segurança e autonomia no trânsito para esse público.

A emissão da identificação veicular é concedida mediante vinculação à CipTEA, pelo portal ciptea.sp.gov.br. O adesivo também contém a frase: “Pessoa com autismo a bordo. Seja gentil, não buzine”, e pode ser colado no vidro traseiro do carro a fim de pro-

mover empatia no trânsito.

Como solicitar a CipTEA

A CipTEA e o selo de identificação veicular podem ser solicitados digitalmente pelo site ciptea.sp.gov.br ou presencialmente em uma das mais de 240 unidades do Poupatempo espalhadas pelo estado. Para a emissão, é necessário apresentar um laudo médico que comprove o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, além dos documentos pessoais do beneficiário e de seu responsável.

Além disso, o Estado dispõe de 27 unidades do Poupatempo distribuídas pela capital, interior e litoral do estado (confira aqui a relação dos postos). Estes locais contam com salas sensoriais, que são espaços silenciosos de acolhimento para pessoas no espectro autista e neurodivergentes. Os espaços foram criados para reduzir estímulos sensoriais e tornar os ambientes confortáveis, evitando crises e estresse do público atendido. O serviço dispõe de jogos e brinquedos educativos, e bola de pilates.

Iniciativas do Governo de São Paulo para a população com TEA

Em 2023, o Governo de SP instituiu o Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (PEIP-TEA). O projeto define ações das Secretarias de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência; da Saúde (SES); da Educação (Seduc-SP) e de Desenvolvimento Social (SEDS) para efetivar políticas públicas e implementar cuidados para cerca de 460 mil pessoas com TEA que vivem em São Paulo, segundo projeção da Organização Mundial de Saúde.

Outra iniciativa sancionada pelo governador foi a promulgação da lei estadual 17.897/2024, que institui o cordão de girassol como símbolo para facilitar o reconhecimento de pessoas com deficiências não visíveis.

A SEDPCD, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), anunciou ainda a instalação de centros de ciências para o desenvolvimento, com pesquisas ligadas ao Transtorno do Espectro Autista. As inscrições vão até o próximo dia 22 de abril. (Governo de SP)

Governo de SP promove rodada de negócios para a indústria de games na gamescom latam

O Governo de SP, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, anuncia a realização do SP Speed Pitch, a rodada oficial de pitch relâmpago voltada ao setor de jogos digitais. O evento acontecerá durante a gamescom latam, no dia 1º de maio, das 16h às 18h, no Distrito Anhembi, em São Paulo, e tem como foco impulsionar a presença internacional dos estúdios paulistas na indústria criativa.

Em duas rodadas intensas, o SP Speed Pitch vai reunir publishers e investidores globais com estúdios de jogos do estado de São Paulo, promovendo conexões estratégicas em encontros rápidos e objetivos no formato 1:1 — com 3 minutos de apresentação do estúdio e 2 minutos de feedback do buyer.

“São Paulo é hoje o maior polo de desenvolvimento de games do Brasil, com cerca de 70% dos es-

túdios do país. O SP Speed Pitch é uma oportunidade única para mostrar ao mundo a força criativa dos nossos talentos locais”, afirma Marília Marton, secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

A rodada é exclusiva para jogos autorais ainda não lançados, desenvolvidos por estúdios com CNPJ ou MEI registrados no estado de São Paulo. Todos os pitches serão realiza-

dos em inglês, e a seleção dos projetos participantes já está em andamento. Os interessados em participar devem realizar inscrição até o dia 16 de abril, preenchendo o formulário no site.

A gamescom latam é a edição latina do maior evento de games do mundo, reunindo profissionais do mundo inteiro em São Paulo entre os dias 30 de abril e 4 de maio de 2025.

Inscrições: até 16 de abril

Governo de SP libera R\$ 2,5 mi para afetados por mortandade de peixes no Rio Tietê

O Governo de São Paulo anunciou a liberação de uma linha de crédito emergencial no valor de R\$ 2,5 milhões para pescadores e piscicultores afetados pela mortandade de peixes no Rio Tietê e em seus afluentes. A medida da Secretaria de Agricultura e Abastecimento entra em vigor a partir da próxima segunda-feira (14) com o objetivo de apoiar famílias que têm na pesca a principal fonte de renda.

A linha de crédito será disponibilizada por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e contará com condições facilitadas: juro zero, teto de R\$ 5 mil para pescadores artesanais e até R\$ 20 mil para piscicultores prejudicados pela mortandade de peixes. O acesso ao recurso poderá ser solicitado diretamente nas unidades da Casa da Agricultura dos municípios afetados. A relação de endereços está disponível no site da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Desde o início do problema,

equipes técnicas da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) intensificaram o monitoramento e investigação das causas. O fenômeno, que afeta diretamente a biodiversidade e a cadeia produtiva local, tem origem multifatorial, incluindo alterações na qualidade da água e despejos irregulares de poluentes.

Para ampliar o enfrentamento da crise, o Governo de São Paulo criou o Grupo de Fiscalização Integrada das Águas do Rio Tietê (GFI-Tietê). Nas duas primeiras semanas de operação, o grupo percorreu 948,30 quilômetros de trechos estratégicos do rio e fiscalizou 86.133,45 hectares de áreas de preservação ambiental. Durante as ações, foram elaborados 135 Termos de Vistoria Ambiental (TVAs) e fiscalizados 66 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs).

As ações de fiscalização resultaram ainda na emissão de 19 Autos de Infração Ambiental

(AIAs), totalizando R\$ 73.198,00 em multas aplicadas. Os responsáveis por práticas ilegais estão sendo processados conforme a legislação ambiental vigente, reforçando o compromisso do estado com a recuperação da qualidade das águas do Tietê.

Além das ações de fiscalização e suporte financeiro emergencial, o governo também anunciou a implementação de um plano para combater despejos irregulares ao longo do Rio Tietê. Em parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e a Polícia Ambiental, estão sendo realizadas operações conjuntas para identificar fontes poluidoras e responsabilizar os infratores. Uma dessas operações ocorreu recentemente no município de Zaccarias, no interior paulista.

Monitoramento

Na última semana, a Cetesb também realizou o lançamento de uma sonda de monitoramento da qualidade da água a jusante

da Barragem de Barra Bonita. Essa sonda integra um conjunto de seis novas estações de monitoramento que serão instaladas ao longo do ano, como parte de um investimento de R\$ 8,6 milhões.

Dessas estações, duas estarão na região do Baixo Tietê, nos reservatórios de Barra Bonita e Promissão, e quatro serão instaladas na bacia do Rio Piracicaba, com previsão de entrada em operação até o final do ano.

Para as ações de médio e longo prazo, estão previstas a aquisição e instalação de boias para isolar a área navegável da Barragem de Barra Bonita. Além disso, segue a articulação com produtores rurais e entidades do setor agropecuário para implementar boas práticas de conservação do solo, com o objetivo de reduzir o escoamento superficial de fertilizantes e resíduos para os corpos d’água. Outras iniciativas de monitoramento também estão em andamento. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Vereadores e vereadoras [cristãos e cristãs] devem estar celebrando a morte de Jesus [segundo a literatura bíblica pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

PREFEITURA (São Paulo)
O Prefeito e o vice [cristãos] devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas [cristãos e cristãs] devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

GOVERNO (São Paulo)
O governador [cristão] deve estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

CONGRESSO (Brasil)
Deputados/as e senadores/as [cristãos e cristãs] devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O Presidente e o vice [cristãos], devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

PARTIDOS (Brasil)
Donos e donas [cristãos e cristãs] dos partidos devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

JUSTIÇAS (Brasil)
Ministros/a [cristãos] no Supremo devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamento [pela Justa Justiça do Cristo]

HISTÓRIAS
Donos [cristãos] de todos os poderes [do mundo] devem estar celebrando a morte de Jesus. Segundo a literatura bíblica, pra garantir nossa Salvação ... pra Vida Eterna ... após nossos Julgamentos [pela Justa Justiça do Cristo]

ANO 33
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Ao único Deus, Salvador nosso, por Jesus Cristo, nosso Senhor, *seja* glória e majestade, domínio e poder, antes de todos os séculos, agora, e para todo o sempre. Amém” Judas 1:25

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030 Filial: Curitiba / PR
Jornalista Responsável: Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Gráfica Pana
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Inflação desacelera e fecha março em 0,56%, pressionada por alimentos

A inflação oficial de março fechou o mês em 0,56%, pressionada principalmente pelo preço dos alimentos, que tiveram a maior alta desde dezembro de 2024. Apesar dessa pressão, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado na sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), perdeu força ante fevereiro, quando marcou 1,31%.

Com o resultado de março, o acumulado de 12 meses do IPCA chega a 5,48%, acima do teto da meta do governo e o maior desde fevereiro de 2023, quando chegou a 5,60%.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, uma janela de 1,5% a 4,5%.

Março de 2025 teve o maior resultado para o mês desde 2023 (0,71%). No mesmo mês do ano passado, o IPCA marcou 0,16%.

Todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE apresentaram aumento em março.

Alimentação e bebidas: 1,17%
Habitação: 0,24%
Artigos de residência: 0,13%
Vestuário: 0,59%
Transportes: 0,46%
Saúde e cuidados pessoais: 0,43%
Despesas pessoais: 0,70%
Educação: 0,10%
Comunicação: 0,24%
O índice de difusão, que mostra o percentual de produtos e serviços que ficaram mais caros, marcou 61%.

O IBGE destacou que o gru-

po alimentos e bebidas representou quase metade (45%) de toda a inflação de março. Em fevereiro, a inflação dos alimentos tinha sido de 0,70%.

O resultado de março é o maior desde dezembro, quando a comida subiu 1,18%. O dado marca também uma inflexão depois de três meses seguidos de perda de força da inflação de alimentos. Em 12 meses, os alimentos estão 7,68% mais altos.

A inflação dos alimentos é uma das principais preocupações atuais do governo, que espera que a safra atual ajude a derrubar os preços.

A alimentação dentro do domicílio subiu 1,31% em março; e a fora de casa, 0,77%.

Os vilões da alimentação no bolso do brasileiro foram o tomate, que subiu 22,55%, impacto de

0,05 ponto percentual (p.p.); o café moído (8,14%, impacto de 0,05 p.p.) e ovo de galinha (13,13%, impacto de 0,04 p.p.). Juntos, estes itens responderam por um quarto da inflação do mês.

O gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, explica que a alta do tomate é explicada pelo calor nos meses de verão.

“Houve uma aceleração na maturação, levando a antecipação da colheita em algumas praças. Sem essas áreas de colheita em março, houve uma redução na oferta, trazendo pressão de alta sobre os preços”.

Para os ovos, ele apontou dois motivos: aumento do custo do milho, base da ração das aves e o período de quaresma, quando a procura por ovo é maior.

O café moído acumula alta de 77,78% nos últimos 12 meses.

Fernando Gonçalves indica fatores internos e externos pelo encarecimento. Houve aumento do preço no mercado internacional, por causa da redução de oferta do grão em escala mundial, com a quebra de safra no Vietnã, devido a adversidades climáticas, que também prejudicaram a produção interna.

No grupo dos transportes, a alta de 0,46% teve o segundo maior impacto (0,09 p.p.) em março, mas ficou abaixo de fevereiro (0,61%).

O resultado foi influenciado pela passagem aérea, que subiu 6,91% – terceiro maior impacto individual no IPCA de março.

O IBGE mostra o IPCA separado em dois grupos. O de serviços, tido como resultado da relação entre oferta e procura, subiu 0,62%. Em fevereiro era 0,82%.

O grupo de preços monitorados, controlado por governo e contratos, passou de 3,16% para 0,18%.

O acumulado de 12 meses da inflação de serviços subiu de 5,32% em fevereiro para 5,88% em março. De acordo com Gonçalves, a explicação passa pelo cenário econômico do país, com desemprego em níveis baixos. “A massa salarial estando maior acaba trazendo impulso para o consumo”.

O comportamento da inflação de serviços é um dos fatores avaliados pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central para decidir o nível da taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 14,25% ao mês. A definição da Selic é uma das formas de buscar o controle da inflação. (Agência Brasil)

Alckmin e ministro chinês tratam de comércio em videoconferência

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, conversou, na sexta-feira (11), com o ministro do Comércio da China, Wang Wentao, em torno da agenda econômica e comercial entre os países e “trocaram impressões sobre as alterações tarifárias em curso no cená-

rio internacional”.

“Convergiram na defesa do multilateralismo e do sistema internacional de comércio baseado em regras, com o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC)”, diz nota da assessoria de Alckmin.

Na sexta-feira, a China aumentou suas tarifas sobre as impor-

tações dos Estados Unidos (EUA) para 125%, em resposta à decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de elevar os impostos sobre produtos chineses para 145%, intensificando as apostas em uma guerra comercial que ameaça afetar as cadeias de suprimentos globais.

A China é a segunda maior

economia do mundo e a segunda maior fornecedora de produtos aos EUA. Ao mesmo tempo do aumento adicional aplicado aos chineses, Trump suspendeu, por 90 dias, a maioria das tarifas recíprocas impostas a dezenas de outros países.

O vice-presidente e o ministro chinês trataram também so-

bre as oportunidades e complementaridades das economias dos dois países.

Eles ainda discutiram sobre a próxima reunião de ministros de Comércio do Brics, marcada para o mês de maio. Atualmente, a presidência do bloco é exercida pelo Brasil.

A China é importante parceiro econômico do Brasil, e os dois

países mantêm diálogo estratégico. Uma das principais instâncias de atuação é a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), presidida pelos vice-presidentes dos dois países.

A videoconferência ocorreu a pedido do ministro chinês. (Agência Brasil)

Metade dos brasileiros quer comprar ovos de Páscoa, diz pesquisa

A maior parte dos brasileiros - 52% - tem intenção de comprar ovos de Páscoa este ano. Os gastos médios com os chocolates em geral, devem ficar em R\$ 59,00. Em média, cada consumidor deseja comprar três produtos. Os dados são da pesquisa “A paixão do brasileiro pelo chocolate”, feita pela Nexus e divulgada na sexta-feira

(11), em São Paulo.

Um dado curioso do estudo é que quatro em cada dez brasileiros (43%) nunca compraram sequer um ovo de Páscoa. Paralelamente, 37% disseram adquiriram sempre o produto e outros 19%, às vezes.

O preço alto foi o principal motivo apontado para não comprar ovos ou outros tipos

de chocolate para 36% dos entrevistados. O valor do produto foi o dado mais relevante entre os mais jovens (43% na faixa etária de 18 a 24 anos).

A pesquisa mostrou, ainda, que o hábito de consumir ovos de chocolate todos os anos é mais comum entre moradores da região Sudeste (40%), com idades entre 35 e 40 anos (44%), renda familiar

acima de cinco salários-mínimos (49%) e filhos menores de 18 anos (50%).

O levantamento revela, também, que 18% entre aqueles 52% que desejam comprar ovos de Páscoa neste ano já foram ao comércio. Os que ainda vão às compras até o domingo de Páscoa (20 de abril) somaram 34%.

Uma curiosidade do estu-

do é que 21% das pessoas com renda familiar até um salário-mínimo já compraram seus produtos. E 45% entre os com maior renda (acima de cinco salários-mínimos) ainda não adquiriram nem ovos ou chocolates para a Páscoa.

Além disso, a pesquisa mostra, ainda, que 45% entre os que desistiram de comprar ovos este ano, quase metade

(21%) tenciona adquirir outros tipos de chocolate, sendo que 27% não planejam nenhuma aquisição do tipo.

A pesquisa consultou duas mil pessoas em todo o país, com idades a partir de 18 anos, entre os dias 27 e 31 de março de 2025. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%. (Agência Brasil)

Inflação usada para corrigir salários fecha março em 0,51%

A inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou março em 0,51%, o que mostra perda de força, já que em fevereiro o índice tinha marcado 1,48%. Em 12 meses, o acumulado chega a 5,20%.

Os dados foram divulgados na sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O órgão revelou ainda que a chamada inflação oficial, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consu-

midor Amplo (IPCA), foi de 0,56% em março.

A diferença entre os dois índices é que o INPC apura a inflação para as famílias com renda de até cinco salários-mínimos. Já o IPCA, para lares com renda de até 40 salários-mínimos. Atualmente o mínimo é de R\$ 1.518.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam 25% do índice, mais que no IPCA

(21,86%), pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida. Na ótica inversa, o preço de passagem de avião pesa menos no INPC do que no IPCA.

Pressão de alimentos

No INPC de março, os produtos alimentícios exerceram a maior pressão no bolso dos brasileiros, subindo 1,08%, o que representa impacto de 0,27 ponto percentual (p.p.), ou seja, mais da metade do índice.

Veja como se comportaram os grupos do INPC em março:

Alimentação e bebidas: 1,08%
Habitação: 0,21%
Artigos de residência: 0,21%
Vestuário: 0,46%
Transportes: 0,26%
Saúde e cuidados pessoais: 0,44%
Despesas pessoais: 0,70%
Educação: 0,08%
Comunicação: 0,19%

A coleta de preços é feita em

dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju.

Reajuste de salários

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, uma vez que o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado para cálculo do reajuste de salários de diversas categorias ao

longo do ano.

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o benefício e o teto do INSS são reajustados com base no resultado de dezembro.

De acordo com o IBGE, a apuração do INPC “tem por objetivo a correção do poder de compra dos salários, por meio da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento”. (Agência Brasil)

Atividade econômica brasileira cresce 0,4% em fevereiro

Pelo segundo mês seguido, a atividade econômica brasileira cresceu em fevereiro deste ano, de acordo com informações divulgadas na sexta-feira (11) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,4% em fevereiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

No mês, o IBC-Br atingiu 108,8 pontos. Na comparação com fevereiro de 2024, houve crescimento de 4,1% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem

o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Inflação

Em março, a inflação desacelerou, ficando abaixo da taxa de fevereiro, quando foi 1,31%. Puxado pela alta de preços de alimentos, no mês passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

ficou em 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado em 12 meses, a inflação oficial medida pelo IPCA soma 5,48%, acima do teto da meta de 3%, que tem tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em um ponto percentual na última reunião, em março, o quinto aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira

está aquecida, apesar de sinais de moderação na expansão. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços permaneça alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic “em menor magnitude” na reunião de maio e não deixou pistas sobre o que acontecerá depois disso.

Produto Interno Bruto

Divulgado mensalmente, o IBC-

Bremprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice “contribuiu para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB”.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%. (Agência Brasil)

ECOURBIS AMBIENTAL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CNPJ nº 07.037.123/0001-46

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)		
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	277.526	80.963
Aplicações financeiras	-	16.390
Contas a receber de clientes	196.286	289.698
Impostos a recuperar	3.501	9.954
Outros créditos	21.883	23.833
Total do ativo circulante	499.196	420.838

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	33.966
Fornecedores	42.504	30.293
Salários e obrigações sociais	55.278	37.810
Obrigações tributárias	22.800	3.294
Ônus da concessão	1.302	5.621
Dividendos a pagar	125.003	75.063
Otras contas a pagar	4.740	1.581
Total do passivo circulante	250.907	187.628
Passivo não circulante		
Adiantamento de clientes	12.596	58.752
Obrigações sociais	-	42.952
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	89.710	63.851
Tributos diferidos	210.941	282.792
Ônus da concessão	11.136	44.392
Otras obrigações	5.619	4.024
Total do passivo não circulante	330.002	496.763
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	139.420	139.420
(i) Capital a integralizar	(93.428)	(93.428)
Capital social realizado	45.992	45.992
Reservas de lucros	195.513	145.885
Reserva de lucros a Realizar	267.575	370.164
Total do patrimônio líquido	509.080	562.041
Total do passivo e patrimônio líquido	1.089.989	1.246.432

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	Capital Social			Reservas de Lucros			
		Reserva	Reserva	Reserva	Lucros	Total	
	Subscrito	A Integralizar	Realizado	a realizar legal	de lucros acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	139.420	(93.428)	45.992	9.728	100.232	-	-
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	282.687	282.687	-
Dividendos disponibilizados em 50% conforme estatuto social	-	-	-	-	(35.925)	(35.925)	-
Lucros a realizar	-	-	210.837	-	(210.837)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	35.925	(35.925)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	139.420	(93.428)	45.992	370.164	9.728	136.157	562.041
Distribuição de dividendos conforme RCA	-	-	-	-	-	(136.157)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	268.978	268.978	-
Dividendos intercalares em 50% de junho de 2024 conforme RCA	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos disponibilizados em 50% conforme estatuto social	-	-	-	-	(84.999)	(84.999)	-
Lucros a realizar	-	-	-	(102.589)	-	(100.783)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	185.785	(185.785)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	139.420	(93.428)	45.992	267.575	9.728	185.785	509.080

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da EcoUrban Ambiental S.A. São Paulo - SP: Opcionalmente: Examinamos as demonstrações contábeis da EcoUrban Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção, a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração das demonstrações contábeis e relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar em relação a essa informação. **Responsabilidades da administração das demonstrações contábeis e relatório do auditor:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	1.146.269	1.263.454
Custos dos serviços prestados	(680.082)	(571.434)
Ônus da concessão	(25.971)	(96.343)
Lucro bruto	440.216	595.677
Receitas (despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	(128.832)	(154.218)
Otras receitas (despesas) operacionais líquidas	46.347	629
Resultado financeiro líquido	(82.485)	(153.589)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	389.227	418.762
Imposto de renda e Contribuição social	(127.256)	(60.022)
Imposto de renda e Contribuição social diferida	7.007	(76.053)
Lucro do exercício	(120.249)	(136.075)
Lucro por ação	268.978	282.687

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:		
Depreciação e amortização	5.030	4.321
Tributos diferidos	179.024	372.738
Despesas Juros	22.347	30.132
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	25.859	6.406
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	(4.093)	(2.152)
Resultado na venda do ativo imobilizado e intangível	68	281
Variação nos ativos e passivos operacionais	497.213	694.413

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:		
Depreciação e amortização	5.030	4.321
Tributos diferidos	179.024	372.738
Despesas Juros	22.347	30.132
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	25.859	6.406
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	(4.093)	(2.152)
Resultado na venda do ativo imobilizado e intangível	68	281
Variação nos ativos e passivos operacionais	497.213	694.413

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)		
	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Reconciliação do resultado com o caixa obtido nas operações:		
Depreciação e amortização	5.030	4.321
Tributos diferidos	179.024	372.738
Despesas Juros	22.347	30.132
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	25.859	6.406
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas	(4.093)	(2.152)
Resultado na venda do ativo imobilizado e intangível	68	281
Variação nos ativos e passivos operacionais	497.213	694.413

contínua operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-025.583/0-1
Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 15P-255.954/0-0

CONSELHO FISCAL
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA
Renato Alcântara Gusmão Diretor de Contabilidade
CRC 1SP133123/0-1

As Demonstrações Contábeis na íntegra, auditadas pela Grant Thornton Brasil encontram-se à disposição dos interessados na sede da sociedade. **A Administração**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 301ª E 302ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 301ª e 302ª Sérias da 4ª (Quarta) Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Geriviatã, nº 207, c/ 162, Butantã, São Paulo, SP - CEP 05501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissora", e "Emisora" respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunir-se em primeira convocação, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 04 de junho de 2025 às 15h, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Ten Meetings, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 16.4, do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 16 de junho de 2021, conforme aditado, ["Térmo de Securitização"], para deliberar sobre: a) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (f) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; b) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; c) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; d) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; e) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; f) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; g) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; h) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; i) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; j) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; k) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; l) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; m) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; n) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; o) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; p) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; q) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; r) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; s) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; t) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; u) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; v) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; w) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; x) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; y) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; z) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aa) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ab) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ac) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ad) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ae) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; af) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ag) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ah) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ai) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aj) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ak) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; al) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; am) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; an) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ao) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ap) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aq) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ar) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; as) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; at) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; au) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; av) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aw) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ax) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ay) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; az) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aa) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ab) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ac) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ad) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ae) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; af) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ag) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ah) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ai) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aj) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ak) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; al) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; am) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; an) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ao) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ap) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aq) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ar) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; as) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; at) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; au) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; av) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aw) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ax) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ay) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; az) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aa) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ab) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ac) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ad) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ae) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; af) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ag) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ah) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ai) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aj) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ak) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; al) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; am) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; an) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ao) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ap) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aq) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ar) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; as) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; at) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; au) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; av) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aw) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ax) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; ay) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; az) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do Termo de Securitização; aa) Não declaração do vencimento antecipado das CCB e, consequentemente, dos CRI, nos termos dos itens 8.2 (g) do Termo de Securitização e 7.1 (g) do

Importados

MINI John Cooper Works Hatch e Conversível

JCW. Três letras que traduzem tradição quando carros esportivos são o tema. Tão desejada e reconhecida no mercado brasileiro e no mundo, a sigla de John Cooper Works está mais forte do que nunca. Após a chegada do MINI Countryman JCW, é a vez do MINI Cooper ganhar o toque especial, na carroceria 3 portas e também na recém-lançada Cabrio. Os novos MINI John Cooper Works Hatch e Cabrio já estão à venda nas concessionárias da MINI no Brasil com preço de lançamento de R\$ 319.990 e R\$ 349.990, respectivamente.

Debaixo do capô, um motor a gasolina TwinPower Turbo de quatro cilindros com dois litros de capacidade enfatiza a esportividade dos novos modelos MINI John Cooper Works. São 231 cv de potência com 380 Nm de torque máximo que proporcionam uma diversão de direção extremamente esportiva. A transmissão automática de dupla embreagem esportiva permite trocas de marchas rápidas para rápidas acelerações e retomadas. Com esse conjunto, a versão hatch acelera de 0 a 100 km/h em apenas 6,1 segundos e tem velocidade máxima de 250 km/h, enquanto a versão conversível atinge os 100 km/h partindo da inércia em 6,4s e tem velocidade máxima de 245 km/h.

O acerto de suspensão especialmente desenvolvido e aprimorado para o modelo garante uma sensação de kart combinada agilidade nas trocas de direção. O sistema de freios com pinças vermelhas e com logotipo JCW garante frenagem precisa e segura, mesmo em situações de direção extremas.

Visualmente, a grade frontal octogonal em preto brilhante com o logotipo John Cooper Works e amplas saídas de ar dominam a dianteira dos novos modelos MINI John Cooper Works. Para controle ideal da temperatura do motor e eficiência aerodinâmica, há entradas de ar adicionais com refle-

tores verticais em vermelho. Os faróis MINI LED com luzes diurnas horizontais específicas da JCW dão ao modelo um visual diferenciado.

Na traseira da carroceria Hatch, o spoiler traseiro de formato aerodinâmico e o difusor traseiro preto dão o tom de exclusividade. A saída de escapamento posicionada no centro do para-choque destaca ainda mais o caráter esportivo e atraente do modelo. Os designs exclusivos das rodas de aros de 17 polegadas completam o design externo agressivo. A versão Cabrio, assim como na versão Cooper S, tem capota flexível que pode ser acionada em velocidades de até 30 km/h e cumpre a tarefa de abrir e fechar completamente em apenas 18 segundos.

O design purista do interior é baseado no esquema de cores típico da JCW de vermelho e preto. Os bancos esportivos da JCW fornecem suporte firme para uma direção dinâmica. O volante esportivo da JCW tem aletas para troca de marchas e fornece controle preciso em todas as situações de direção. Uma superfície de malha no painel traz a história das corridas do MINI John Cooper Works para o cockpit com seu padrão preto e vermelho. O sistema de som é assinado pela Harman Kardon e conta com 12 alto-falantes e 365 watts de potência.

O enorme display OLED de alta resolução é outro destaque do habitáculo dos novos MINI JCW Hatch 3 portas e Cabrio. Com um diâmetro de 240 mm, o novo instrumento central de alta definição fornece informações relevantes a qualquer momento e pode ser facilmente operado pelo motorista e passageiro. Opções adicionais para configurações de clima, mídia, telefone e navegação podem ser controladas por toque ou controle de voz. Isso cria espaço adicional no console central para armazenamento no qual os smartphones podem ser carrega-



dos por meio de carregamento sem fio.

Sensação de kart

O modo Go-Kart é uma combinação perfeita para os novos modelos John Cooper Works. Com este MINI Experience Mode, o ambiente do cockpit é completamente adaptado ao desempenho e ao estilo do automobilismo. Neste modo, o visor mostra ao motorista não apenas a velocidade, mas também outros dados relacionados ao desempenho, como torque e a força G atual.

Compatível com Apple Carplay e Android Auto sem fio, a tela é responsável por reunir todas as informações do veículo, desde o painel de instrumentos até os sistemas de assistência ao motorista e entretenimento. Equipada com o novo MINI Operating System 9, todas as funções do veículo podem ser operadas intuitivamente através do

toque ou do assistente de voz.

Sistemas de assistência para o motorista e que visam aumentar a segurança a bordo fazem parte da lista de equipamentos de série do John Cooper Works, como o Driving Assistant Plus e o Parking Assistant Plus, que incluem funções como: assistente de manutenção de faixa, controle de cruzeiro adaptativo, visualização 360° no entorno do carro, detecção de ponto cego, prevenção de colisões, controle de direção longitudinal e lateral (entrar e sair de um espaço de estacionamento), assistente de reversão e câmera de visão traseira, entre outras funções.

O modelo também tem compatibilidade

com o MINI App. Com ele, é possível ativar funções remotas, como localizar o veículo, trancar e destrancar o carro, acender os faróis ou acionar a ventilação. Além disso, com o MINI App é possível verificar o status do carro, caso tenha alguma porta ou janela aberta, ter informações sobre a quilometragem, autonomia, manutenções e serviços necessários, localizar e fazer contato com concessionários, mensagem de check control, como fluido de freio, e ainda receber notificações a cada atualização remota de software.

A função MINI Digital Key Plus transforma o smartphone na chave do carro através do MINI App. A animação de boas-vindas das luzes dianteiras e traseiras começa assim que o condutor se encontra a menos de três metros de distância. As portas são destrancadas quando o condutor se encontra a uma distância inferior a um metro e meio. Esta experiência conveniente do veículo pode ser transferida digitalmente para diferentes usuários, incluindo as configurações pessoais do veículo.

O novo MINI John Cooper Works Hatch está disponível no Brasil em 11 opções de cores sempre com o teto na cor vermelho chili, exceto quando a carroceria é na própria cor vermelho chili ou amarelo sunny side, que neste caso a cor do teto é em preto. Já na carroceria Cabrio são 12 opções de cores e 2 opções para a capota, sendo padrão na cor preta, mas há também a opção MINI Yours com uma clara referência à sua origem britânica. Em relação ao revestimento interior, o modelo tem como opção única a tradicional combinação de cor preto com detalhes vermelhos.

Ford revela novo Mustang GT Manual



A Ford revelou a primeira imagem externa do Mustang GT com transmissão manual, depois de divulgar um teaser da manopla do câmbio com a placa numerada que personaliza cada exemplar da edição limitada de 200 unidades. A nova foto, com o ícone visível de cima, indica que ele está mais próximo de chegar ao mercado.

As faixas esportivas que percorrem toda a carroceria destacam a personalidade única do modelo, ao mesmo tempo em que evidenciam as proporções clássicas com capô longo e traseira curta do Mustang. A transmissão manual é mais um item "raiz" para quem aprecia o prazer de dirigir e a emoção de se conectar de forma mais direta com a

máquina.

Ao longo do tempo, a transmissão automática tornou-se uma tendência em todos os segmentos de veículos por privilegiar o conforto ao volante. Mas quando se trata de direção esportiva nada se compara à transmissão manual, onde o controle da rotação do motor e do momento da troca está totalmente na mão do condutor.

O novo modelo é mais uma inovação da sétima geração do Mustang, que comemorou 60 anos e continua sendo a expressão máxima do "muscle car", somando como nenhum outro o legado de esportividade e tecnologias avançadas de performance desenvolvidas para as pistas.

Yamaha Ténéré 700: sucesso da pré-venda



A novíssima Yamaha Ténéré 700, apresentada globalmente durante o Salão de Milão 2024, já é um sucesso de vendas no mercado brasileiro. A pré-venda do modelo foi liberada no último dia de março.

O lote inicial de 150 unidades da Ténéré 700 liberado para reserva esgotou em apenas 25 minutos no Brasil. Os primeiros entusiastas brasileiros da lendária motocicleta genuinamente off-road, que reservaram a nova Yamaha Ténéré 700, receberão as motocicletas em setembro.

É importante destacar que a nova Téné-

Audi do Brasil confirma a chegada do A6 e-tron



A Audi do Brasil confirma a chegada do inédito Audi A6 e-tron ao País. O novo modelo 100% elétrico da marca das quatro argolas é o segundo construído na Plataforma Elétrica Premium (PPE), possui uma nova bateria que oferece uma autonomia total de 445 quilômetros, de acordo com o Inmetro, e carregamento de 10% a 80% em apenas 21 minutos. Além disso, o modelo conquistou um recorde impressionante: ele se tornou o veículo mais aerodinâmico da história da fabricante, com coeficiente de arrasto (Cd) de 0,21.

O Audi A6 e-tron é também o primeiro modelo da plataforma com um conceito de

piso plano. O exterior é potente, esportivo e perfeitamente proporcionado. A nova filosofia de design da Audi define o interior. O A6 e-tron oferece muitos recursos inovadores, como espelhos externos virtuais de segunda geração, um teto de vidro panorâmico que se torna opaco com o toque de um botão e argolas iluminadas na parte traseira.

O A6 e-tron oferece espaço generoso, máximo conforto e usabilidade diária. Ele mede 4.928 milímetros de comprimento e 2.137 milímetros de largura, com uma distância entre eixos de 2.946 milímetros. O modelo Sportback tem 1.487 milímetros de altura.

Os faróis e lanternas têm um design tridimensional e oferecem assinaturas de luzes digitais, unindo os mundos físico e digital. Na frente, a família Audi A6 e-tron oferece luzes diurnas digitais com tecnologia Matrix LED como opção, bem como luzes traseiras LED digitais.

A tecnologia usada também define novos padrões em termos de individualização: com oito assinaturas de luzes digitais nas luzes diurnas recém-projetadas dos faróis Matrix LED, os motoristas podem personalizar seu A6 e-tron de uma maneira completamente nova.

Um destaque particular do novo Audi A6 e-tron é a iluminação das quatro argolas na traseira. Isso enfatiza fortemente a identidade corporativa da Audi e dá ao novo A6 e-tron sua própria personalidade.

O Audi A6 e-tron escreve um novo capítulo na aerodinâmica, provando mais uma vez que a Audi sempre combina forma e função em uma simbiose perfeita. E para alcançar esse recorde histórico, o modelo foi submetido a cerca de 2.800 simulações e incontáveis horas de testes no túnel de vento, sob a supervisão atenta de engenheiros e especialistas em design de carroceria. Milímetro por milímetro, o Audi A6 e-tron foi lapidado como uma pedra preciosa pelas mãos e mentes da equipe da Audi AG, na Alemanha.

O resultado será visto pelos brasileiros no início do segundo semestre deste ano, quando o modelo chegará à rede de concessionárias autorizadas da marca no País.

Motos

Nova Scooter Elétrica Lumina

A EZE, marca inovadora do Grupo Eletricz, acaba de lançar sua primeira scooter elétrica, a Lumina, prometendo transformar o mercado de mobilidade urbana no Brasil. Combinando estilo, tecnologia e sustentabilidade, o modelo é ideal para quem busca uma alternativa prática e ecológica para o transporte diário.

Graças à classificação como equipamento de mobilidade individual autopropelido, a Lumina não exige CNH e emplacamento, conforme a Resolução Contran N° 996/2023. Essa facilidade torna o veículo acessível a um público ainda maior, alinhando conveniência e respeito ao meio ambiente.

Equipada com um motor potente de 900W e uma bateria de lítio removível (48V e 30Ah), a Lumina oferece até 100 km de autonomia com uma única carga. A bateria pode ser facilmente recarregada em tomadas convencionais, com tempo de carregamento de apenas seis horas, permitindo maior flexibilidade para o usuário.

A Lumina traz um painel digital moderno e completo, além de siste-



mas de iluminação em LED para maior segurança. Seu design exclusivo conta com carenagem translúcida iluminada e customizável em sete cores diferentes, refletindo o estilo pessoal de cada piloto. O modelo está disponível em tons contemporâneos como prata, verde militar, azul sky e rose gold.

Além disso, recursos como smart key, porta-objetos, gancho para bolsas e modos de condução ECO e STD completam a experiência de uma mobilidade prática e confortável.

Com uma velocidade máxima de 32 km/h, a scooter é projetada para enfrentar os desafios urbanos com estabilidade. Seu sistema de suspensão e freios hidráulicos garante um desempenho seguro mesmo em terrenos irregulares, enquanto a estrutura suportada até 150 kg de carga máxima.

Com preço sugerido de R\$ 15.624, a Lumina pode ser adquirida na loja-conceito da EZE, em Moema/SP, e nas unidades físicas do Grupo Eletricz, localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro. O modelo também está disponível no e-commerce oficial da marca: www.ezebikes.com.br.